

Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Setembro/2016



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MATO GROSSO DO SUL

Concurso Público para provimento de cargos de Analista em Recursos Humanos

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

O conhecimento é essencial para maximizar potencialidades.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 80 questões, numeradas de 1 a 80.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

Instituições e riscos

Sem convívio não há vida, sem convívio não há civilização. Mas para conviver neste pequeno planeta, para se afastar da barbárie, os homens necessitam de princípios e de regras, em suas múltiplas formas de agrupamento. Orientados por tantos e tão diferentes interesses, premidos pelas mais diversas necessidades, organizamo-nos em associações, escolas, igrejas, sindicatos, corporações, clubes, empresas, assembleias, missões etc., confiando em que a força de um objetivo comum viabiliza a unificação de todos no corpo de uma instituição. É o sentido mesmo de uma coletividade organizada que legitima a existência e o funcionamento das instituições.

Mas é preciso sempre alertar para o fato de que, criadas para permitir o convívio civilizado, as instituições também podem abrigar aqueles que se valem de seu significado coletivo para mascarar interesses particulares. A corrupção e a fraude podem tirar proveito do prestígio de uma instituição, alimentando-se de sua força como um parasita oportunista se aproveita do hospedeiro saudável. Não faltam exemplos de deturpações e desvios do bom caminho institucional, provocados exatamente por aqueles que deveriam promover a garantia do melhor roteiro. Por isso, não há como deixar de sermos vigilantes no acompanhamento das organizações todas que regem nossa vida: observemos sempre se são de fato os princípios do bem coletivo que estão orientando a ação institucional. Sem isso, deixaremos que a necessidade original de convívio, em vez de propiciar a saúde do empreendimento social, dê lugar ao atendimento do egoísmo mais primitivo.

(Teobaldo de Carvalho, inédito)

1. A argumentação desenvolvida no texto pretende, essencialmente, demonstrar que as instituições humanas,
 - (A) conquanto regidas por iniciativas pessoais, destinam-se a promover o sentido de um bem público.
 - (B) desde que orientadas por rígida regulamentação, tornam-se inflexíveis e estimulam as fraudes.
 - (C) uma vez criadas para preservar valores comuns, não se prestam a encobrir funções menos nobres.
 - (D) embora motivadas por necessidades sociais, podem emprestar sua legitimidade a propósitos ilegítimos.
 - (E) ainda quando manipuladas por algum oportunismo, não devem estimular uma vigilância sem trégua.

2. Atente para as seguintes afirmações:
 - I. A frase inicial *Sem convívio não há vida, sem convívio não há civilização* constitui uma premissa, a partir da qual se compreende que a criação das instituições humanas atende a uma simples imposição da natureza.
 - II. Costuma ocorrer, no interior de uma instituição, que a sua legitimidade repouse em princípios e regras de funcionamento, em vez de se apoiar na espontaneidade dos instintos humanos.
 - III. A relação estabelecida entre *um parasita oportunista* e *um hospedeiro saudável* ilustra, de modo figurado, a afirmação de que a vitalidade de uma boa instituição pode servir a propósitos alheios aos seus.Em relação ao texto está correto o que se afirma em
 - (A) I, II e III.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, apenas.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
 - (A) *para se afastar da barbárie* (1º parágrafo) = para se redimir da violência
 - (B) *premidos pelas mais diversas necessidades* (1º parágrafo) = coagidos pelos mais relevantes propósitos
 - (C) *mascarar interesses particulares* (2º parágrafo) = dissuadir intenções privadas
 - (D) *tirar proveito do prestígio* (2º parágrafo) = obstar vantagem da boa fama
 - (E) *princípios do bem coletivo* (2º parágrafo) = preceitos socialmente positivos

4. Está clara e correta a seguinte redação de um livre comentário sobre o texto:
 - (A) A finalidade das instituições legitima-se, de fato, quando, imunes a fraudes, logram bem representar e atender as necessidades coletivas.
 - (B) O bom convívio social entre todos é o que deve orientar as instituições, de cuja legitimidade não se pode abrir brechas para qualquer dúvida.
 - (C) Para que se atenda as necessidades de um bom convívio, a criação de instituições saudáveis nem sempre conseguem evitar quem as deturpem.
 - (D) Os fraudulentos regosijam-se quando podem se aproveitar da fragilidade das instituições, embora estas amparem o bem-estar comum a que se destinam.
 - (E) Há interesses egoístas naqueles que se valem de uma instituição legítima, em cuja se apoiam para perpetrar atos indignos que só a desvirtuam.



5. Na transposição correta de uma voz verbal para outra resulta adequada a correlação entre tempos e modos em:
- (A) Os inescrupulosos manipularão as instituições para que estas satisfaçam seus interesses = Os inescrupulosos terão manipulado as instituições para satisfazerem seus interesses.
 - (B) Os parasitas retiram energia do hospedeiro sem que este possa esboçar uma reação = A energia do hospedeiro foi retirada pelos parasitas sem que tivesse podido esboçar uma reação.
 - (C) Se os interessados fundassem uma associação, poderiam pleitear outras vantagens = Se uma associação fosse fundada pelos interessados, outras vantagens poderiam ser pleiteadas.
 - (D) Caso não exerçamos uma severa vigilância, as finalidades deste grupo serão deturpadas = Caso não se exercesse uma severa vigilância, terão sido deturpadas as finalidades deste grupo.
 - (E) A necessidade de convívio impõe a criação de órgãos que nos protegem = A necessidade de convívio é imposta pela criação de órgãos pelos quais seremos protegidos.
-
6. Estabelecem entre si uma relação de causa e consequência, nesta ordem, os seguintes segmentos:
- (A) *para se afastar da barbárie / os homens necessitam de princípios* (1º parágrafo)
 - (B) *premidos pelas mais diversas necessidades / organizamo-nos em associações* (1º parágrafo)
 - (C) *a unificação de todos no corpo de uma instituição / a força de um objetivo comum* (1º parágrafo)
 - (D) *alertar para o fato / abrigar aqueles que se valem de seu significado coletivo para mascarar interesses* (2º parágrafo)
 - (E) *tirar proveito do prestígio de uma instituição / alimentando-se de sua força como um parasita* (2º parágrafo)
-
7. Na frase *alimentando-se de sua força como um parasita oportunista se aproveita do hospedeiro saudável*, o sentido do segmento sublinhado está formalmente correto e coerente nesta outra construção:
- (A) conquanto um oportunista parasita que se beneficiasse do seu saudável hóspede.
 - (B) a exemplo da força de um hospedeiro saudável em que se aproveitasse um parasita.
 - (C) tal um oportunista parasita se vale da boa saúde do hospedeiro.
 - (D) assim como um parasita tem aproveitado-se da saúde do hospedeiro.
 - (E) à medida que um oportuno parasita venha a ter proveito ao saudável hospedeiro.
-
8. Os dois últimos períodos do texto são introduzidos pelas expressões *Por isso* e *Sem isso*, que nesse contexto se referem, precisamente,
- (A) a um mesmo antecedente: a necessidade de ficarmos alertas.
 - (B) a um mesmo antecedente: a ocorrência do parasitismo oportunista.
 - (C) a estes dois respectivos antecedentes: um convívio civilizado e a boa saúde do empreendimento social.
 - (D) a estes dois respectivos antecedentes: desvios do roteiro desejável e necessidade de vigilância.
 - (E) a estes dois respectivos antecedentes: os bons princípios coletivos e o egoísmo mais primitivo.

Atenção: Para responder às questões de números 9 a 12, considere o texto abaixo.

A sociedade do espetáculo

Num admirável e recente livro de ensaios, a escritora Susan Sontag afirmou que “vivemos numa sociedade do espetáculo”. Segundo ela, cada situação deve ser transformada em espetáculo para ser real, ou seja, interessante para o público. A realidade perdeu o prestígio. A realidade só aparece representada de modo espetacular na mídia. A consequência disso é que os cidadãos da modernidade, consumidores da violência como espetáculo, adeptos da proximidade sem risco, se tornaram pessoas instruídas no cinismo.

Mas quem são os cínicos? Os espectadores, os documentaristas da mídia? Ou, quem sabe, os próprios críticos da mídia? Para estes, é cômodo denunciar as imagens da violência culpando-as pelo que retratam. Ganham, assim, a suposta superioridade de quem estaria desmascarando um falso espetáculo, um truque em que todos caem. Com isso, a violência real acaba sendo poupada de qualquer condenação.

(Baseado em: CALLIGARIS, Contardo. **Terra de Ninguém**. S. Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 343)

9. Um dos efeitos de estarmos vivendo *numa sociedade do espetáculo* é, segundo a linha de argumentação do texto,
- (A) tornarmo-nos alheios a qualquer forma de representação da violência real.
 - (B) admitirmos a existência da violência apenas quando ela nos atinge diretamente.
 - (C) atribuímos à violência das ruas a culpa pela violência que tomou conta da mídia.
 - (D) sentirmo-nos como que responsáveis pela violência praticada por outros.
 - (E) reconhecermos a violência apenas quando a mídia a trata como grande atração.



10. No segundo parágrafo do texto, admite-se que os próprios críticos da mídia sejam cínicos, pelo fato de que
- (A) são os primeiros a promoverem a violência generalizada, valorizando-a publicamente.
 - (B) compartilham prazerosamente com os demais espectadores o mesmo espetáculo da violência.
 - (C) simulam condenar publicamente a violência, quando a praticam em sua vida privada.
 - (D) se limitam a condenar a mídia sensacionalista, em lugar de denunciarem a violência real.
 - (E) se colocam como observadores que não admitem separar o fato do modo pelo qual é noticiado.
-
11. As frases do primeiro parágrafo *A realidade perdeu o prestígio. e A realidade só aparece representada de modo espetacular na mídia.* podem constituir coerentemente um único período, sem prejuízo para o sentido. Para isso, a conexão entre elas deve ser feita por meio da expressão
- (A) muito embora.
 - (B) mesmo quando.
 - (C) dado que.
 - (D) a fim de que.
 - (E) ao passo que.
-
12. Está clara, correta e coerente a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) É a preocupação com a audiência que leva a mídia a fazer da violência das ruas um espetáculo com o qual os espectadores deverão se entreter em casa.
 - (B) A cada momento onde a violência ganha força pelo tratamento que lhe dá a mídia, ela só faz crescer.
 - (C) Há cinismo em se naturalizar as notícias da violência, em vez de usá-las como um espetáculo que se pudesse à todo custo evitar.
 - (D) Por mais que nos esforcemos, não é fácil deixarmos de nos atrairmos pelo que a mídia sabe emprestar de espetáculo a uma notícia violenta.
 - (E) Falando da mídia, Susan Sontag e Contardo Calligaris atribuem-na um papel e uma responsabilidade determinantes na representação da violência.
-
13. A forma de tratamento, o emprego de pronomes e a linguagem utilizada estão plenamente adequados no seguinte caso:
- (A) Vimos respeitosamente à presença de Vossa Excelência, chefe dos Recursos Humanos, solicitar que se dê um jeito na situação precária em que se acham os funcionários recém-admitidos.
 - (B) Senhor Governador: Vossa Senhoria deveis considerar que nossas demandas são justas, razão pela qual aqui as reexponho.
 - (C) Como o Senador não pode comparecer, falará em seu lugar seu assessor imediato, que tão bem representa Sua Excelência.
 - (D) Não é por nada não, chefia, mas bem que podias honrar-nos a todos que o estimamos com um atendimento mais cordial.
 - (E) Caros deputados, se não pretendeis votar a emenda ainda hoje, tomamos a liberdade de lembrar-lhes que a próxima semana estará tomada por outra pauta.
-
14. A linguagem sintética e expressiva, característica dos provérbios e ditos populares, encontra adequada tradução de sentido, numa formulação conceitual, em:
- (A) *Um dia é da caça, outro é do caçador* = Não há recompensa para quem não se esforça.
 - (B) *O lobo perde os dentes, mas não o costume* = O desafio de deixar um hábito é não ceder a outro.
 - (C) *Quem não tem cão caça com gato* = A improvisação rápida não supre uma necessidade duradoura.
 - (D) *Depois da tempestade vem a bonança* = O adiamento das obrigações leva à ruína.
 - (E) *Cachorro de muitos donos morre de fome* = Compartilhar responsabilidade pode resultar em não assumi-la.
-
15. Estão inteiramente adequadas a flexão e a regência verbal na frase:
- (A) Se requiséssemos um pouco mais de tempo lograríamos terminar a empreitada da qual nos comprometêramos.
 - (B) Ainda que nos propôssemos a ajudá-los, eles disporiam-se a nos retribuir, um dia?
 - (C) Ainda ontem reavemos a confiança do grupo, a mesma confiança em que desfrutávamos antes.
 - (D) Caso não o detêssemos a tempo, quem sabe com que loucuras ele se deixaria assaltar?
 - (E) Se não nos dispusermos a colaborar com eles, em quem mais haverão de confiar?

**Raciocínio Lógico-Matemático**

16. O resultado da expressão numérica

$$12^{-1} \cdot \left(1 - \frac{1}{5}\right) \cdot \left(1 - \frac{2}{5}\right) \cdot \left(1 - \frac{3}{5}\right) \cdot \left(1 - \frac{4}{5}\right) \cdot \left(1 - \frac{6}{5}\right) \cdot \left(1 - \frac{7}{5}\right) \cdot \left(1 - \frac{8}{5}\right) \cdot 5^6$$

é

- (A) o número zero.
- (B) um número menor do que -2 .
- (C) um número entre -2 e -1 .
- (D) um número entre 0 e 2 .
- (E) um número maior do que 2 .

17. Três números naturais diferentes são tais que o menor entre os dois menores é o segundo maior divisor positivo do outro. E o menor entre os dois maiores também é o segundo maior divisor positivo do outro. Sabendo que esses três números são pares, sobre eles é correto concluir que

- (A) o maior é 50% a mais que o número intermediário.
- (B) o menor é a quarta parte do número intermediário.
- (C) o número intermediário é o quádruplo do menor número.
- (D) o maior número é o dobro do menor número.
- (E) o número intermediário é a metade do maior número.

18. Saí de casa com a intenção de gastar exatamente $\frac{5}{8}$ do dinheiro que tinha comigo. Não consegui. Superei a minha intenção de gastos em 50%. Em casa verifiquei que me havia sobrado R\$ 37,00. A quantia que tinha ao sair de casa é um valor

- (A) entre 500 e 600 reais.
- (B) maior que 600 reais.
- (C) entre 400 e 500 reais.
- (D) entre 300 e 400 reais.
- (E) menor que 300 reais.

19. O preço de um produto em uma embalagem cuja capacidade é de 1,2 L é R\$ 35,00. O mesmo produto, vendido em uma embalagem cuja capacidade é de 250 mL, custa R\$ 7,00. Para que o preço desse produto, vendido na embalagem de 1,2 L, seja proporcional ao preço do produto vendido na embalagem menor é necessário

- (A) aumentá-lo em R\$ 2,40.
- (B) reduzi-lo em R\$ 4,80.
- (C) reduzi-lo em R\$ 1,40.
- (D) mantê-lo como está.
- (E) aumentá-lo em R\$ 3,20.

20. O planejamento de uma excursão mostra que há mantimento suficiente para que 21 excursionistas façam 3 refeições diárias durante 48 dias. Após um último encontro de planejamento, decidiram que o regime de alimentação dos excursionistas seria de apenas 2 refeições diárias. Com essa alteração no número de refeições diárias foram admitidos mais 7 excursionistas para a viagem. Dessa maneira, a duração máxima da excursão, sem faltar mantimento, poderá ser

- (A) aumentada em 12 dias.
- (B) reduzida em 8 dias.
- (C) reduzida em 9 dias.
- (D) aumentada em 6 dias.
- (E) a mesma.



21. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA fechou o ano de 2015 com uma alta acumulada de 10,67%, contra um avanço de 6,41% aferido no ano anterior, 2014. Em 2013, esse mesmo índice foi de 5,91%. Para cálculos, nesta questão, utilize nas porcentagens aproximações para o inteiro mais próximo. Um produto, cujo preço acompanha esse índice, sofreu de forma acumulada nesses três anos um reajuste de, aproximadamente,
- (A) 21%.
 - (B) 25%.
 - (C) 23%.
 - (D) 27%.
 - (E) 31%.
-
22. Quanto a dominar as habilidades A, B, C, D e E é sabido que há quem domine apenas uma dessas habilidades e isso acontece com as habilidades A, C e D. Há quem domine exatamente duas dessas habilidades e isso acontece com as habilidades, A e B, A e C, C e D, D e E. Dominar exatamente três dessas habilidades só acontece com as habilidades A e B e C. Não há quem domine mais do que três dessas habilidades. A partir dessas informações, é correto concluir que
- (A) qualquer um que domine a habilidade B também domina a habilidade C.
 - (B) há quem domine a habilidade E e também a habilidade C.
 - (C) todos os que dominam a habilidade A também dominam a habilidade B.
 - (D) não há quem domine B e C que não domine A.
 - (E) poucos dominam exatamente as duas habilidades B e E.
-
23. Se João canta ou Maria sorri, então Josefa chora e Luiza não grita. Do ponto de vista lógico, uma afirmação equivalente a afirmação anterior é
- (A) Se Luiza grita ou Josefa não chora, então João não canta e Maria não sorri.
 - (B) Se João não canta ou Maria não sorri, então Josefa não chora e Luiza grita.
 - (C) João canta ou Maria sorri, e Josefa não chora e Luiza grita.
 - (D) Se João canta, então Josefa chora e se Maria sorri, então Luiza grita.
 - (E) Se Luiza não grita e Josefa chora, então João canta ou Maria sorri.
-
24. Para a sequência de números naturais 8336; 4168; 4170; 1390; 1392; 348; 350; . . . foi criada um padrão que alterna divisão e adição sucessivamente. A sequência é ilimitada e a soma entre os 8^o, 10^o e 13^o termos é igual a
- (A) 76.
 - (B) 94.
 - (C) 78.
 - (D) 82.
 - (E) 86.
-
25. Considere as afirmações e seus respectivos valores lógicos.
- I. André não é analista ou Bruno é biblioteconomista. Afirmação VERDADEIRA.
 - II. Se Carlos não é cerimonialista, então Dorival é contador. Afirmação FALSA.
 - III. André não é analista e Dorival não é contador. Afirmação FALSA.
 - IV. Se Bruno é biblioteconomista, então Ernani é economista. Afirmação VERDADEIRA.
- A partir dessas afirmações, é correto concluir que
- (A) Se Ernani é economista, então André não é analista.
 - (B) Carlos não é cerimonialista e Bruno não é biblioteconomista.
 - (C) Carlos é cerimonialista e Ernani é economista.
 - (D) André não é analista ou Dorival é contador.
 - (E) Bruno não é biblioteconomista ou Dorival não é contador.

**Noções de Direito Constitucional**

26. Mariana é brasileira e tem 66 anos; Pedro é chileno e tem 19 anos; Benedita é brasileira e tem 16 anos; João é brasileiro, tem 18 anos e está prestando o serviço militar obrigatório; Ana é brasileira, tem 22 anos e é analfabeta. Considerando que todos fixaram domicílio no Brasil, a soberania popular mediante plebiscito de caráter nacional será exercida obrigatoriamente por
- (A) Mariana; facultativamente por Benedita e Ana; não podendo exercê-la Pedro e João.
 - (B) Pedro e Ana; facultativamente por Mariana e Benedita; não podendo exercê-la João.
 - (C) Mariana e Ana; facultativamente por João; não podendo exercê-la Pedro e Benedita.
 - (D) Ana; facultativamente por Mariana, Benedita e João; não podendo exercê-la Pedro.
 - (E) Mariana e João; facultativamente por Pedro e Benedita; não podendo exercê-la Ana.
-
27. Membros do Senado Federal pretendem propor emenda constitucional para abolir o sigilo do voto nas eleições municipais, sob a justificativa de que a Constituição Federal assegura a livre manifestação do pensamento. Nesse caso, a Constituição Federal
- (A) poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República, que deverá ser discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos.
 - (B) poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros do Senado Federal.
 - (C) não poderá ser emendada, pois não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto secreto.
 - (D) poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
 - (E) poderá ser emendada apenas na vigência de intervenção federal, já que se trata de um direito fundamental, devendo ser a proposta discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos.
-
28. Bernardo é ministro do Supremo Tribunal Federal; Fátima é ministra do Tribunal Superior do Trabalho e Cícero é membro do Conselho Nacional de Justiça. É correto afirmar que
- (A) Bernardo e Fátima trabalham em órgãos do Poder Judiciário e Cícero em órgão do Poder Legislativo.
 - (B) Bernardo, Fátima e Cícero trabalham em órgãos do Poder Judiciário.
 - (C) Fátima e Bernardo trabalham em órgãos do Poder Judiciário e Cícero em órgão do Poder Executivo.
 - (D) Bernardo trabalha em órgão do Poder Judiciário e Fátima e Cícero em órgãos do Poder Executivo.
 - (E) Bernardo trabalha em órgão do Poder Executivo e Fátima e Cícero em órgãos do Poder Legislativo.
-
29. Considere a seguinte situação hipotética: verificando-se o impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, o Presidente da Mesa do Congresso Nacional entende que deve assumir o exercício dessas funções. Nessa situação, ele
- (A) não tem razão, porque em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, quem assume o exercício da Presidência da República é o candidato que se classificou em segundo lugar na mesma eleição.
 - (B) não tem razão, porque em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente Senado Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) não tem razão, porque em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados.
 - (D) tem razão, porque em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Mesa do Congresso Nacional, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) não tem razão, porque em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
-
30. Alfredo deseja se candidatar a Deputado Estadual no Mato Grosso do Sul e, para avaliar suas chances, deseja saber qual o número de Deputados da Assembleia Legislativa do referido Estado. Sabendo que a Câmara dos Deputados é composta por oito Deputados Federais, conclui que o número de Deputados à Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul será de
- (A) oito, pois o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
 - (B) dezesseis, pois o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
 - (C) no mínimo doze, pois o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá a uma vez e meia (150%) da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
 - (D) vinte e quatro, pois o número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados.
 - (E) trinta e seis, sendo que o cálculo a ser feito não tem relação com o número dos Deputados Federais que representam o Estado de Mato Grosso do Sul na Câmara Federal.

**Noções de Direito Administrativo**

31. Carlos é servidor público, integrante do quadro de servidores de autarquia municipal, responsável pelo serviço de limpeza urbana. Em diversos dias do mês de dezembro de 2015, porém fora do horário de expediente, Carlos utilizou-se de trator pertencente à autarquia, empregando-o em obra de sua fazenda, situada próxima ao endereço da autarquia. O Ministério Público Estadual, após a respectiva investigação, ajuizou ação de improbidade administrativa contra Carlos. Desde que preenchidos os requisitos legais, o ato ímprobo praticado por Carlos
- (A) está sujeito à medida de indisponibilidade de bens.
 - (B) está sujeito, dentre outras sanções, à suspensão dos direitos políticos por cinco a oito anos.
 - (C) exige o trânsito em julgado para a exigibilidade de todas as sanções cabíveis.
 - (D) não exige conduta dolosa para sua configuração, podendo ser meramente culposa.
 - (E) está sujeito, dentre outras sanções, à proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de três anos.
-
32. Em determinado processo administrativo de âmbito federal, durante a fase de instrução, constatou-se que a matéria nele versada envolvia assunto de interesse geral. Assim, o órgão competente, mediante despacho motivado, abriu período de consulta pública. Nos termos da Lei nº 9.784/1999,
- (A) nos processos em que houver período de consulta pública não será cabível audiência pública.
 - (B) a consulta pública não se destina a pessoas jurídicas, mas sim, às pessoas físicas, as quais poderão examinar os autos e apresentar alegações escritas.
 - (C) o comparecimento à consulta pública confere, por si só, a condição de interessado do processo.
 - (D) o comparecimento à consulta pública confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada.
 - (E) as respostas proferidas por ocasião da consulta pública não podem ser comuns, ainda que existam alegações substancialmente iguais, pois cada administrado tem o direito de obter resposta individualizada.
-
33. Considere os dois itens a seguir, a fim de responder adequadamente a questão:
- I. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
 - II. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.
- Em determinado pregão, o pregoeiro passou a negociar diretamente com o proponente para obter melhor preço. Nos termos da Lei nº 10.520/2002, tal prática
- (A) é vedada no pregão, pois embora não haja proibição expressa, tal prática contraria o princípio da indisponibilidade do interesse público.
 - (B) é vedada no pregão, haja vista proibição legal expressa nesse sentido.
 - (C) somente será possível na hipótese narrada no item I.
 - (D) somente será possível na hipótese narrada no item II.
 - (E) é admissível nas hipóteses narradas nos itens I e II.
-
34. Em determinada licitação promovida pela União Federal, o citado ente licitante, findo o procedimento licitatório, decidiu, imotivadamente, não adjudicar o objeto da licitação ao vencedor, revogando o certame e abrindo nova licitação. A propósito desses fatos,
- (A) houve violação ao princípio da adjudicação compulsória, que somente inexistiria caso houvesse justo motivo para a revogação do certame.
 - (B) é lícita a conduta do ente licitante, pois a revogação do certame pode ocorrer em qualquer momento, independentemente de motivação.
 - (C) houve violação tanto ao princípio do julgamento objetivo quanto ao princípio da adjudicação compulsória.
 - (D) é lícita a conduta do ente licitante, no entanto, caso tivesse adjudicado o objeto ao vencedor, estaria o ente público obrigado a celebrar o respectivo contrato administrativo.
 - (E) houve violação ao princípio da contratação compulsória.
-
35. Manoel é servidor público do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo-lhe suspensa a qualidade de segurado, em razão de ter deixado de contribuir para o MSPrev por quatro meses consecutivos. Cumpre salientar que a suspensão já perdura por dez meses. Caso Manoel venha a falecer, seus dependentes
- (A) terão imediato direito ao benefício, não sendo necessário qualquer requisito prévio, haja vista que a suspensão não impede o direito dos dependentes.
 - (B) não terão, em qualquer hipótese, direito ao benefício, haja vista a sua irregularidade perante a Previdência.
 - (C) terão direito ao benefício, se fizerem o requerimento conforme os ditames legais e desde que paguem todas as quantias atrasadas, corrigidas monetariamente e com juros de mora.
 - (D) terão direito ao benefício, se fizerem o requerimento conforme os ditames legais e desde que paguem pelo menos um mês de atraso, corrigido monetariamente e com juros de mora.
 - (E) terão direito ao benefício, se fizerem o requerimento conforme os ditames legais e desde que paguem todas as quantias atrasadas, corrigidas monetariamente, no entanto, não incidirá juros de mora nesse caso.

**Legislação Institucional**

36. Um servidor da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul foi incumbido de revisar uma minuta de manual de orientações para recém empossados. Ao final dos trabalhos, fez as seguintes correções com o objetivo de adequação ao previsto no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul:
- I. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul tem sua sede no Palácio Guaicurus, localizado no Parque dos Poderes, em Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo vedada a reunião em outro local.
 - II. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul reunir-se-á na Capital do Estado anualmente, por convocação obrigatória, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro, quando se encerrará a Sessão Legislativa.
 - III. A Sessão Legislativa ordinária não será interrompida sem a aprovação do projeto de Lei Orçamentária Anual.
 - IV. A Sessão Legislativa poderá ser prorrogada mediante proposta de um terço dos membros da Assembleia.
 - V. As sessões ordinárias do período prorrogado observarão o rito do período comum.
- Está efetivamente de acordo com o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e III.
 - (B) IV e V.
 - (C) I, III e V.
 - (D) II e IV.
 - (E) I, II, IV e V.
-
37. Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos compete à Presidência e à Secretaria. Esses órgãos são constituídos pelo
- (A) Presidente, no caso da Presidência, e por um secretário e um representante indicado pelo Deputado mais votado, no caso da Secretaria.
 - (B) Presidente e Vice-Presidente, no caso da Presidência, e por dois secretários e um representante indicado pelo Deputado mais votado, no caso da Secretaria.
 - (C) Presidente, no caso da Presidência, e por dois secretários e um representante indicado pelo Deputado mais votado, no caso da Secretaria.
 - (D) Presidente e Vice-Presidente, no caso da Presidência, e por dois secretários, no caso da Secretaria.
 - (E) Presidente, no caso da Presidência, e por dois secretários, no caso da Secretaria.
-
38. A Lei Estadual nº 4.090/2011 regula o desenvolvimento nas carreiras dos servidores na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. A forma prevista para esse desenvolvimento é
- (A) o acesso por tempo de serviço, por seleção interna ou por meritocracia.
 - (B) a alocação por produtividade, por tempo de serviço ou por seleção interna.
 - (C) a nomeação por seleção interna, por incorporação de substituição de chefia e por meritocracia.
 - (D) a promoção por tempo de serviço, por meritocracia ou horizontal.
 - (E) a avocação por tempo de serviço, por incorporação de substituição de chefia ou horizontal.
-
39. A Lei Estadual nº 4.091/2011 regula as formas de vacância na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Segundo esse regramento legal, a vacância ocorrerá, entre outras hipóteses, no caso de
- (A) posse em outro cargo inacumulável.
 - (B) remoção a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração.
 - (C) redistribuição do servidor com o respectivo cargo para outra unidade da AL/MS, para ajustamento de quadro de pessoal às necessidades dos serviços.
 - (D) substituição automática definida em lei.
 - (E) exoneração, quando não satisfeitas as condições do estágio probatório nos casos de cargo em comissão e função de confiança.
-
40. Nos termos definidos pela Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul a respeito do Poder Legislativo Estadual,
- (A) é vedada a recondução de membro da Mesa, para o mesmo cargo, na eleição subsequente.
 - (B) é permitida a convocação de sessão extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul pela maioria de seus membros no caso de intervenção em Município.
 - (C) a posse aos Deputados diplomados é feita em reunião preparatória.
 - (D) a convocação da sessão extraordinária deve ser fundamentada sob um assunto específico, mas, uma vez convocada, pode haver deliberação sobre qualquer tema.
 - (E) o Governador poderá comparecer à AL/MS em qualquer época da sessão legislativa de cada ano para expor, em sessão ordinária, a situação do Estado.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

41. A tomada de decisão e o processo de tomar decisões são tarefas características do gestor e correspondem à escolha entre alternativas ou possibilidades, com vistas a resolver problemas ou aproveitar oportunidades. Nesse sentido, de acordo com categorização de autores consagrados, quanto aos diferentes tipos de decisões no âmbito de uma organização, quando um gestor soluciona um problema tomando por base normas preestabelecidas, disponíveis no acervo da organização, sua decisão é do tipo
- (A) padronizada.
 - (B) programada.
 - (C) consultiva.
 - (D) normativa.
 - (E) prescritiva.
-
42. Entre as várias teorias desenvolvidas e apontadas na literatura acerca da motivação, pode-se citar a Teoria da Expectativa (ou expectância), desenvolvida pelo psicólogo Victor Vroom. Os três principais fatores apontados na referida Teoria são: valência, instrumentalidade e expectativa, sendo que o primeiro fator corresponde
- (A) à relação desempenho-resultado, ou seja, o grau em que o indivíduo acredita que determinado nível de desempenho levará ao resultado almejado.
 - (B) ao grau de esforço dispendido pelo indivíduo para obtenção de determinado resultado, que varia de acordo com a escala de expectativas individuais.
 - (C) à tensão existente entre a inércia e o início do processo para obtenção do resultado, e que leva ao início do ciclo motivacional.
 - (D) ao valor atribuído ao resultado (recompensa), consistindo em uma medida de atração que um resultado exerce sobre o indivíduo.
 - (E) à quantidade ou grau da recompensa necessária para induzir determinado comportamento em um indivíduo.
-
43. Entre os diversos estudos e teorias desenvolvidos sobre liderança destacam-se os três estilos clássicos apontados por Kurt Lewin. Entre eles, inclui-se o estilo
- (A) carismático, no qual o líder toma decisões com base em seu prestígio pessoal e sem envolvimento do grupo.
 - (B) liberal, no qual o líder atua somente quando solicitado conferindo liberdade ao grupo para tomada de decisões.
 - (C) consultivo, em que o líder toma as decisões com base em processo de votação ou confirmação pelo grupo.
 - (D) benevolente, quando as diretrizes são decididas e debatidas pelo grupo, sob a orientação e direção do líder.
 - (E) democrático, no qual não existe propriamente uma liderança mas sim um conjunto de agentes que induzem o processo decisório.
-
44. Suponha que determinada sociedade de economia mista controlada pelo Estado de Mato Grosso do Sul pretenda utilizar, como ferramenta em seu processo de planejamento estratégico e avaliação de desempenho, o *Balanced Scorecard*. Além da financeira, a referida metodologia considera também, de forma equilibrada, as seguintes perspectivas:
- (A) clientes, processos internos e aprendizado.
 - (B) missão, visão e valores.
 - (C) desafios e oportunidades.
 - (D) análise interna e análise externa.
 - (E) forças, fraquezas e cenários.
-
45. Um marco importante no contexto evolutivo da Administração pública no Brasil foi o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, levado a cabo a partir de meados dos anos 1990 pelo então Ministro Bresser Pereira. O modelo de atuação do Estado, preconizado pela referida reforma, contempla, entre suas premissas,
- (A) explorar de forma direta atividades econômicas, como indutor do crescimento fiscal.
 - (B) adotar o modelo desenvolvimentista, por intermédio da denominada publicização.
 - (C) atuar mais fortemente nas atividades de fomento, regulação e controle.
 - (D) estabelecer parcerias com as entidades do terceiro setor, para a privatização de setores como saúde e educação.
 - (E) implantar o modelo gerencial, que preconiza maior centralização das atividades pela União.
-
46. A literatura sobre as Teorias da Administração destaca, ao abordar a evolução histórica do pensamento científico sobre as organizações, o conceito de centros de resultados, no qual lucro ou prejuízo são apurados para cada unidade, que pode ser organizada por produto, por área geográfica ou clientela. Tais conceitos descrevem a
- (A) Teoria da Contingência, desenvolvida por Joan Woodward.
 - (B) Abordagem Sistêmica, idealizada pelo biólogo Ludwig von Bertalanffy.
 - (C) Escola Clássica, sustentada por Henri Fayol.
 - (D) Abordagem Comportamental, inspirada nos estudos de Mary Parker Follet.
 - (E) Estrutura Divisional, descrita por Alfred P. Sloan.



47. Na evolução da Administração pública no Brasil, assim como em outros países, verificou-se o abandono do paradigma burocrático e a implantação do modelo gerencial. São diferenças que podem ser apontadas entre esses dois modelos:
- No modelo burocrático o controle é *a priori*, enquanto no gerencial a ênfase é no controle de resultados.
 - O modelo burocrático preconiza estrutura hierárquica rígida, enquanto o gerencial é mais flexível, com redução de níveis e maior autonomia.
 - No modelo burocrático inexistente separação entre propriedade e a administração, sendo que somente a partir do modelo gerencial é que foi introduzido o conceito de meritocracia.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- I e III.
 - III.
 - II e III.
 - I e II.
 - II.
-
48. Considere que determinada entidade integrante da Administração Indireta do Estado pretenda melhorar seu desempenho, aperfeiçoando seus processos de negócio, objetivando maior eficiência na produção de serviços. Para tal *mister*, uma das etapas a serem percorridas consiste no mapeamento dos processos, que utiliza como ferramenta
- o Fluxograma, como processo gráfico de representação das entradas e saídas e de quem executa as atividades/tarefas.
 - os *Feedbacks*, identificando os pontos fortes e fracos do processo com a oitiva de todas as áreas da organização.
 - a Matriz de Riscos, criada a partir da identificação dos aspectos críticos envolvidos na execução de cada processo.
 - o *Workflows*, compreendendo o conjunto de *softwares* utilizados para gerenciar os processos de trabalho.
 - o ERP – *Enterprise Resource Planning*, sistema integrado de controle de processos.
-
49. A conquista da excelência na prestação de serviços públicos decorre de um amplo conjunto de fatores, muitos dos quais associados à incorporação de novas filosofias gerenciais, de avanços tecnológicos, princípios e ferramentas da qualidade, com a efetiva participação da sociedade. Nesse contexto, o modelo de excelência reconhecido e aplicado pela Administração é o prescrito pela FNQ – Fundação Nacional da Qualidade, que aponta fundamentos e critérios de excelência. Entre os critérios elencados pela FNQ, que objetivam medir o estágio em que determinada organização se situa em seu esforço rumo à excelência inclui-se
- o pensamento sistêmico, que busca o entendimento das relações de interdependência entre os diversos componentes de uma organização.
 - a responsabilidade social, definida como a ética e a transparência da organização com todos os públicos com os quais se relaciona.
 - a geração de valor, correspondente ao alcance de resultados consistentes, assegurando a perenidade da organização.
 - a visão de futuro, que consiste na compreensão dos fatores que afetam a organização, seu ecossistema e o ambiente externo.
 - a liderança, examinando o comprometimento dos membros da cúpula da organização no estabelecimento, disseminação e atualização de valores e princípios organizacionais que promovam a cultura da excelência.
-
50. Não são todas as atividades executadas no âmbito de uma estrutura organizacional que podem ser caracterizadas como um projeto. Algumas características são necessárias para que determinado esforço ou ação configure efetivamente um projeto, entre as quais, a
- temporalidade, dado que todo o projeto tem um início e um fim definidos.
 - complexidade, pois somente resultados sofisticados justificam a persecução por meio de um projeto.
 - padronização, pois todo o projeto busca a melhoria de processos de trabalho.
 - externalidade, na medida em que os projetos devem ser conduzidos por pessoas de fora da estrutura.
 - unicidade, dado que sua condução deve ser feita pela alta direção da organização.
-
51. Uma das etapas relevantes do processo de gestão estratégica do desempenho consiste na avaliação do desempenho. Diversas metodologias consagradas são aplicadas pelas organizações para avaliação do desempenho de seus colaboradores, entre as quais a que registra aspectos do comportamento do avaliado considerados extremos e que o avaliador destaca aspectos do trabalho realizados considerando-os extremamente positivos ou extremamente negativos. Trata-se do método denominado
- Avaliação 360°.
 - Avaliação Participativa por Objetivos.
 - Incidentes Críticos.
 - Lista de Verificação.
 - Comparação Binária.
-
52. É a cultura organizacional que produz junto aos mais diferentes públicos o conjunto de percepções, ícones e símbolos que costuma-se denominar imagem corporativa. Nesse sentido, os autores que estudam o tema sustentam que
- a cultura organizacional possui apenas aspectos formais e abertos, sendo os aspectos informais denominados contracultura.
 - os artefatos como, por exemplo, as vestimentas, correspondem à camada mais superficial e visível da cultura da organização.
 - os valores constituem a camada mais profunda da cultura organizacional, não sendo observáveis com facilidade.
 - a cultura corresponde à qualidade do ambiente percebida pelo grupo, comportando, assim, avaliação subjetiva.
 - a cultura é uniforme na organização, porém é passível de mudanças em função da ocorrência dos denominados ritos de degradação.



53. O ambiente geral que envolve as organizações é mutável e dinâmico, exigindo delas uma elevada capacidade de adaptação como condição básica de sobrevivência. Os agentes de mudança utilizam as abordagens de desenvolvimento organizacional para fazer intervenções na organização, entre as quais NÃO se inclui
- (A) o treinamento da sensibilidade.
 - (B) a análise transacional.
 - (C) as reuniões de confrontação.
 - (D) a retroação de dados.
 - (E) o mapeamento de competências.
-
54. A partir dos anos 1990, as ações de treinamento e desenvolvimento deslocam-se da área restrita de recursos humanos, mais preocupada em promover treinamentos específicos para desenvolver habilidades dos empregados, e passam a permear toda a organização com o escopo do desenvolvimento mais amplo e global dos indivíduos sob o nome de educação corporativa. No que concerne, mais especificamente, ao conceito de aprendizagem organizacional, pode-se adotar o(s) modelo(s):
- I. behaviorista, onde o foco é o comportamento, que pode ser observado e modificado.
 - II. cognitivista, que leva em conta, entre outros aspectos, aquisição de conceitos e solução de problemas.
 - III. estruturalista, que entende que o conhecimento faz parte da própria organização e não do indivíduo.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I e III.
 - (C) II e III.
 - (D) III.
 - (E) II.
-
55. A gestão por competências tem sido utilizada como modelo gerencial alternativo a alguns outros instrumentos tradicionais usados pelas organizações, objetivando o gerenciamento das lacunas entre as competências estratégicas para a consecução dos objetivos organizacionais e aquelas efetivamente disponíveis na organização. Para identificação dessas lacunas, ou *gaps*, faz-se o mapeamento de competências, utilizando, entre outras ferramentas,
- (A) o Ciclo PDCA.
 - (B) a matriz SWOT.
 - (C) o Diagrama de Ishikawa.
 - (D) o grupo focal.
 - (E) a pesquisa de mercado.
-
56. A Educação à Distância – EaD é normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e tem, como características básicas, a separação física entre o professor e o aluno e a utilização de meios técnicos para a comunicação. São tecnologias utilizadas nas diversas gerações de EaD, usualmente narradas na literatura:
- (A) distributivas, interativas e colaborativas.
 - (B) padronizadas, individualizadas e customizadas.
 - (C) fechadas, compartilhadas e abertas.
 - (D) segmentadas, integradas e globais.
 - (E) de massa, por grupo de interesse e individualizadas.
-
57. A abordagem acerca do comportamento organizacional comporta três níveis de análise, partindo do nível básico do indivíduo, passando pelo grupo e chegando ao nível do comportamento organizacional propriamente dito. Existem alguns fatores chaves que balizam tal análise, correspondentes
- (A) aos padrões gerenciáveis, que comportam intervenções, a exemplo do absenteísmo.
 - (B) às variáveis independentes, que escapam ao controle do indivíduo, tal como rotatividade.
 - (C) às variáveis dependentes, que se pretende explicar e prever, a exemplo da produtividade.
 - (D) aos eventos exógenos, que não são considerados padrões ou variáveis, como a satisfação com o trabalho.
 - (E) aos padrões não gerenciáveis, como a cultura organizacional.
-
58. As técnicas de treinamento e desenvolvimento aplicáveis às organizações podem ser classificadas de acordo com diversos critérios, entre os quais, quanto ao local de aplicação, constituindo exemplo prático aquelas
- (A) aplicadas fora do ambiente de trabalho, tal como a rotação de cargos.
 - (B) desenvolvidas no contexto do trabalho, como extensão de cargos, com acréscimo de tarefas.
 - (C) as denominadas *on the job*, como a participação em seminários e cursos externos.
 - (D) inseridas no contexto da atuação cotidiana, tal como o enriquecimento do cargo, que implica promoção.
 - (E) que pressupõem o afastamento das atividades próprias do cargo, tal como a ampliação de cargos.



59. No que diz respeito à administração da área de recursos humanos nas organizações, tem-se que
- I. existem técnicas de administração de RH aplicáveis diretamente sobre as pessoas, como avaliação de desempenho, e outras aplicadas indiretamente, como plano de carreiras.
 - II. as atividades da área de RH são de natureza contingencial, ligadas a circunstâncias mutáveis, tanto no âmbito interno da organização como no contexto do ambiente externo.
 - III. as técnicas de administração de RH possuem natureza conservadora e defensiva, voltadas à preservação da força de trabalho da organização, denominada dimensão da tarefa.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I e II.
 - (C) II e III.
 - (D) II.
 - (E) III.
-
60. A modelagem de processos BPM é considerada importante pela sua capacidade de fornecer a compreensão da empresa e dos mecanismos utilizados para o seu funcionamento. Uma das abordagens adotadas em tal metodologia preconiza que os processos de negócio de uma organização
- (A) se restringem ao sistema de gerenciamento informatizado utilizado.
 - (B) correspondem ao *workflow*, assim entendido como sistema de gerenciamento de desempenho.
 - (C) podem ser redesenhados e otimizados ainda que já padronizados.
 - (D) constituem um sistema fechado que não comporta modificações.
 - (E) são classificados de acordo com seu nível de maturidade.
-
61. Entre os modelos de Planejamento de RH descritos pela literatura, aquele que toma por base organograma de encarreiramento para o planejamento de funcionários, classificando-os em três alternativas de promovabilidade, é denominado modelo
- (A) baseado em segmentos de cargos.
 - (B) baseado no fluxo de pessoal.
 - (C) de planejamento funcional.
 - (D) de substituição de postos-chave.
 - (E) de recompensa imediata.
-
62. No âmbito da gestão de RH, a seleção é uma etapa subsequente ao recrutamento. Nesse contexto, o modelo de seleção em que há vários candidatos para cada vaga e várias vagas para cada candidato é denominado modelo de
- (A) classificação.
 - (B) identificação.
 - (C) colocação.
 - (D) alocação.
 - (E) movimentação.
-
63. O conceito de maturidade, no gerenciamento de projetos, está atrelado ao aprendizado oriundo de projetos anteriores voltados à melhoria de suas práticas e à sua padronização. O modelo de maturidade proposto pela *ESI International (Project Framework)* propõe cinco níveis de maturidade e concentra a análise APENAS nos seguintes componentes:
- (A) comunicação e processos.
 - (B) processos e tecnologia.
 - (C) pessoas, processos e tecnologia.
 - (D) comunicação, tecnologia e inovação.
 - (E) inovação e comunicação.
-
64. O planejamento estratégico de uma organização pressupõe, como uma das etapas de grande relevância, o denominado diagnóstico institucional, oportunidade em que, entre outros aspectos, identificam-se os pontos fortes e fracos da organização, o que corresponde
- (A) à análise interna, restrita e controlável.
 - (B) à análise externa, que aponta as ameaças e oportunidades.
 - (C) à visão da organização.
 - (D) à missão da organização.
 - (E) aos cenários, classificados em otimista ou pessimista.
-
65. O conceito de clima organizacional, diferentemente dos conceitos de cultura organizacional e clima psicológico, considera, como aspecto preponderante
- (A) as percepções afetivas dos indivíduos.
 - (B) os valores e crenças da organização.
 - (C) a qualidade do ambiente organizacional percebida por seus integrantes.
 - (D) os fatores motivacionais ligados à valorização profissional.
 - (E) os aspectos descritivos e não avaliativos, de difícil intervenção.



66. No processo evolutivo da gestão estratégica de pessoas verifica-se uma importante mudança de paradigma tendendo à des-centralização de algumas atividades que, anteriormente, eram concentradas na área de administração de recursos humanos. Nesse sentido, as atividades atribuídas aos gestores das demais áreas da organização relativas à gestão dos recursos humanos nela alocados correspondem a
- (A) função de *staff*.
 - (B) autoridade de linha.
 - (C) tática de retroalinhamento.
 - (D) cooperação assistida.
 - (E) condução coordenada.
-
67. Um dos aspectos da gestão do desempenho é o avaliativo. Existem diferentes metodologias aplicáveis para avaliação de desempenho, porém é fundamental a aplicação acurada e o preparo e isenção do avaliador para evitar erros comuns que podem distorcer o resultado. Um desses erros, apontados com frequência, consiste em nivelar o julgamento do avaliado tomando por base um aspecto do desempenho e generalizando o resultado desse aspecto para todos os demais aspectos sob avaliação. Esse erro é comumente denominado
- (A) projeção.
 - (B) tendência central.
 - (C) leniência.
 - (D) unilateralidade.
 - (E) efeito halo.
-
68. A Qualidade de Vida no Trabalho – QVT está relacionada à motivação, à satisfação no trabalho e aos fatores ambientais e ergo-nômicos. De acordo com o modelo de QVT, preconizado por Hackman e Oldham, afigura-se fundamental, em face da produção de estados psicológicos relacionados a resultados pessoais e de trabalho,
- (A) o ambiente físico.
 - (B) o absenteísmo.
 - (C) a rotatividade.
 - (D) a jornada de trabalho.
 - (E) as dimensões do cargo.
-
69. O processo de tomada de decisões no âmbito de uma organização pressupõe o exame cuidadoso da situação, o mapeamento dos critérios relevantes, a identificação das alternativas viáveis e, por fim, a escolha da mais adequada. Nesse contexto,
- I. tendo em vista que a racionalidade do tomador é limitada, a decisão racional demanda esforço para simplificar situações complexas.
 - II. a tomada de decisão intuitiva é um processo inconsciente gerado pelas experiências vividas e não tem lugar quando existe alto nível de incerteza.
 - III. o processo de tomada de decisão consensual conjuga, de forma equilibrada, o processo racional e o intuitivo.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) II e III.
 - (C) II.
 - (D) I.
 - (E) III.
-
70. O ambiente geral que envolve as organizações é mutável e dinâmico, exigindo delas uma elevada capacidade de adaptação como condição básica de sobrevivência. Na mudança organizacional, conforme modelo apresentado por Kurt Lewin, o denominado recongelamento corresponde
- (A) à fase final do processo de mudança, quando as novas ideias e práticas são incorporadas definitivamente no comportamento.
 - (B) à primeira etapa do processo de mudança, na qual as velhas ideias e práticas são abandonadas e desaprendidas.
 - (C) à etapa intermediária do processo de mudança, quando novas atitudes e comportamentos são adquiridos.
 - (D) às forças internas que buscam evitar o processo de mudança, sustentando as práticas institucionalizadas.
 - (E) às forças externas que dificultam a implementação de novas ideias e práticas, representadas por cenários adversos.
-
71. O planejamento estratégico é uma metodologia de planejamento gerencial de longo prazo, cuja principal funcionalidade é estabelecer a direção a ser seguida pela organização. Uma das etapas relevantes da sua implementação é a definição de questões, objetivos e estratégias, sendo que
- I. a definição dos objetivos organizacionais antecede a das questões estratégicas.
 - II. as metas representam as partições dos objetivos a serem alcançadas no curto prazo.
 - III. a estratégia corresponde ao caminho mais adequado a ser percorrido para alcançar os objetivos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) III.
 - (C) I e III.
 - (D) II e III.
 - (E) II.



72. Um dos modelos de remuneração mais tradicionais adotados pelas organizações, ligado ao cargo ocupado e no qual mede-se o valor relativo do cargo, na empresa e no mercado de trabalho, corresponde ao modelo
- (A) bifatorial.
 - (B) funcional.
 - (C) comutativo.
 - (D) binário.
 - (E) comparativo.
-
73. No ordenamento pátrio a licitação é exigência constitucional para as contratações do Poder Público com terceiros. No entanto, é permitido ao Administrador a contratação direta, em algumas situações, dentre elas, estão as hipóteses de
- (A) dispensa de licitação, que encontram sua tipificação no artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, cujo elenco é exaustivo, e as de inexigibilidade de licitação, previstas no artigo 25 da mesma Lei, cujo rol é exemplificativo.
 - (B) dispensa de licitação, que encontram sua tipificação nos artigos 24 e 17 da Lei nº 8.666/1993, cujo elenco é exemplificativo, e as de inexigibilidade de licitação, previstas no artigo 25 da mesma Lei, cujo rol é exaustivo.
 - (C) alienação de bens imóveis da Administração que não se submetem às regras licitatórias, uma vez que o Administrador deve obter sempre a melhor oferta, é dizer, a de maior preço, e locação de bens imóveis, que não se sujeitam, como regra, a procedimento prévio de licitação.
 - (D) locação de bens imóveis, seja a Administração locadora ou locatária, que não se sujeitam às regras licitatórias, por se tratar dos denominados contratos de direito privado da Administração, e de alienação de bens móveis ou imóveis, que devem se dar, necessariamente pelo maior preço.
 - (E) aquisição de bem imóvel pela Administração, que não se sujeitam à procedimento prévio de licitação, sempre dispensável ou inexigível em razão da natureza do objeto, e de locação de imóveis, que não se sujeitam, como regra, a procedimento prévio de licitação.
-
74. A Administração pública realizou procedimento licitatório, na modalidade concorrência, para alienação de imóvel de sua titularidade. No referido procedimento, a Administração poderia exigir, no edital, dos interessados
- (A) documentação relativa à habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 27 a 29 da Lei nº 8.666/1993, sendo vedada a exigência de qualificação técnica.
 - (B) documentação relativa à habilitação jurídica e regularidade fiscal, sendo vedada a exigência de comprovação de regularidade trabalhista.
 - (C) a demonstração de capacidade econômico-financeira por meio do recolhimento da quantia correspondente a 5% da avaliação do imóvel como requisito de habilitação.
 - (D) a demonstração de capacidade econômico-financeira por meio do recolhimento da quantia correspondente a 10% da avaliação do imóvel, sendo vedada a exigência de qualquer outro requisito de habilitação, inclusive jurídica como requisito de habilitação.
 - (E) documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e capacidade econômico-financeira, por meio do recolhimento da quantia de 5% da avaliação do imóvel.
-
75. A Lei nº 8.666/1993 traz a disciplina jurídica das compras da Administração que
- (A) dispensa a adequada caracterização do objeto nas hipóteses de contratação direta, exigência aplicável apenas às compras submetidas a prévio procedimento licitatório, em decorrência do princípio do julgamento objetivo.
 - (B) autoriza a exigência de marcas, modelos e especificações técnicas na delimitação do objeto, mesmo que não usuais, não havendo a necessidade de justificação técnica e fundamentação para tanto, isso em razão do princípio da eficiência.
 - (C) prevê o dever de padronização para compras de bens de consumo, objetivando, dentre outros ganhos, o decorrente da economia de escala.
 - (D) dispensa a prévia indicação de recursos orçamentários para o seu pagamento, exigência aplicável às licitações de grande complexidade e vulto econômico.
 - (E) impõe o processamento das compras por meio do sistema de registro de preços, como recurso de planejamento orçamentário.
-
76. As contratações administrativas devem, como regra, ser previamente licitadas. Em relação ao procedimento licitatório disciplinado pela Lei nº 8.666/1993, há regra concernente ao objeto licitado que
- (A) impõe sua divisão em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viável, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda de economia de escala, disposição que se aplica às licitações de obras, serviços e compras.
 - (B) impede seu fracionamento em parcelas, mesmo que técnica e economicamente viável, regra que se aplica às licitações de obras, serviços e compras, uma vez que o legislador estabeleceu presunção de que a divisão do objeto tende a propiciar o direcionamento de licitação, infringindo o princípio competitivo.
 - (C) impõe sua divisão em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viável, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda de economia de escala, disposição que se aplica às licitações de obras, mas não às de serviços e compras.
 - (D) autoriza seu fracionamento em parcelas, independentemente de análise técnica e econômica demonstrando sua viabilidade, por se tratar de decisão discricionária da Administração fundamentada no princípio do julgamento objetivo, regra que se aplica às licitações de obras, serviços e compras.
 - (E) impede seu fracionamento em parcelas, mesmo que técnica e economicamente viável, regra que se aplica às licitações de obras, mas não às de serviços e compras, uma vez que o legislador estabeleceu presunção de que a divisão do objeto nas licitações de obras tende a propiciar o direcionamento do certame, infringindo o princípio competitivo.



77. Nas licitações de obras e serviços regidas pela Lei nº 8.666/1993 a Administração deve, obrigatoriamente, adotar providências prévias à abertura do procedimento licitatório, dentre elas, a
- (A) elaboração de orçamento detalhado em planilhas, que, no entanto, é sigiloso até a finalização da etapa competitiva, sendo, posteriormente, aberto aos licitantes classificados.
 - (B) aprovação, pela autoridade competente, do projeto básico, que deve estar disponível para o exame dos interessados em participar do procedimento licitatório, quando da publicação do edital.
 - (C) elaboração do projeto executivo, documento de confecção prévia e obrigatória ao lançamento da licitação, vedado seu desenvolvimento concomitantemente à execução do contrato.
 - (D) elaboração de projeto básico, que deve ser aprovado pela autoridade competente, mas mantido em sigilo e disponibilizado somente após a apresentação das propostas, para preservar a competitividade e originalidade das ofertas dos licitantes.
 - (E) orçamentação da obra e do serviço, sendo necessário o seu detalhamento em planilhas que especifiquem a composição de todos os custos unitários, exigência que não se aplica às contratações de obras e serviços cujo regime de execução seja o de empreitada por preço global ou integral.
-
78. Uma das características dos denominados contratos administrativos é a sua mutabilidade com vistas ao atendimento do interesse público que justificou a contratação. Em relação à alteração dos referidos contratos, a Lei nº 8.666/1993 estabelece
- (A) a obrigação do contratado aceitar acréscimos e supressões que se fizerem necessárias nas obras, serviços e compras, mesmo que não se mantenham as mesmas condições originalmente ajustadas, regra não sujeita à limitação, em razão do princípio da continuidade da prestação do serviço público.
 - (B) a vedação às alterações quantitativas e qualitativas do objeto licitado, o que é permitido apenas na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, justificadores da alteração.
 - (C) a faculdade de a Administração restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste na hipótese de alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado.
 - (D) a obrigação do contratado aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários nas obras, serviços e compras, regra que não se aplica às supressões, em razão do princípio do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
 - (E) o dever de a Administração restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do ajuste na hipótese de alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, e acarrete prejuízos.
-
79. Empresa contratada pela Administração pública, após regular processo licitatório regido pela Lei nº 8.666/1993, para prestação de serviço técnico de informática deixou de executar parcialmente o objeto do ajuste, pois não desenvolveu, em conformidade com as especificações técnicas constantes do edital, um dentre os três sistemas de tecnologia da informação adquiridos para fazer jus às necessidades da Secretaria da Fazenda do Estado. Constatada a falha, instada a substituir o sistema defeituoso ou adequá-lo, o contratado permaneceu inerte. Em razão destes fatos, a Administração
- (A) estará impedida de rescindir o ajuste, uma vez que esta medida extrema é reservada às hipóteses de inexecução total do contrato, mas poderá executar a garantia e aplicar, após prévia defesa do contratado, uma das penas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/1993.
 - (B) deverá escolher entre aplicar multa ou executar a garantia contratual, o que a impedirá de aplicar, concomitantemente, uma das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/1993, em razão de se cuidar de inexecução total do objeto.
 - (C) poderá, independentemente de defesa prévia, aplicar multa e executar a garantia contratual, sendo necessário garantir o contraditório e a ampla defesa apenas para cominação das demais sanções, por serem mais gravosas.
 - (D) poderá, de forma justificada, aplicar multa, desde que prevista no instrumento convocatório ou no contrato, em concomitância com uma das demais sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, garantida a defesa prévia.
 - (E) estará obrigada a rescindir o ajuste, executar a garantia e aplicar a pena de suspensão temporária de participar em licitação, e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de dois anos, prevista no artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, em razão da complexidade do objeto contratado.
-
80. A Administração pública rescindiu, por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, contrato administrativo em execução, ajustado após regular ato de dispensa de procedimento licitatório, fundamentado em permissivo legal autorizador de contratação direta. Considerando o fundamento da rescisão e a natureza da contratação, o contratado
- (A) terá direito aos pagamentos devidos pela execução do ajuste até a data da rescisão, desde que não tenha agido com culpa, mas não terá direito ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, tampouco ao pagamento do custo da desmobilização.
 - (B) não terá direito oponível à Administração, que tem a faculdade de indenizá-lo pelos serviços já prestados, desde que ele não tenha agido com culpa, decisão sujeita a juízo de conveniência e oportunidade do Administrador.
 - (C) terá apenas o direito aos pagamentos devidos pela execução do ajuste até a data da rescisão e a devolução da garantia eventualmente prestada, desde que não haja culpa a ele atribuída.
 - (D) terá direito a devolução da garantia, aos pagamentos pelos serviços prestados até a data da rescisão do ajuste, ao pagamento do custo da desmobilização e ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido em razão da rescisão, se não houver agido com culpa.
 - (E) não terá direito oponível à Administração, que está impedida, em razão do princípio da legalidade e da supremacia do interesse público, de indenizá-lo pelos serviços já prestados ou pelos prejuízos eventualmente sofridos.